



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10530.722229/2017-11

**Recurso nº** Voluntário

**Acórdão nº** 2002-000.042 – Turma Extraordinária / 2ª Turma

**Sessão de** 20 de março de 2018

**Matéria** IRPF. DEDUÇÃO LEGAL. PENSÃO JUDICIAL.

**Recorrente** RENE BRITO DE OLIVEIRA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2014

INOVAÇÃO NO JULGAMENTO DE PRIMEIRO GRAU. PRETERIÇÃO DO DIREITO DE DEFESA.

Não é admissível que o julgamento de primeira instância fundamente a manutenção da glosa de dedução de pensão alimentícia por motivos não mencionados na autuação.

PENSÃO JUDICIAL.

Poderão ser deduzidos os pagamentos referentes a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando comprovados o pagamento e a existência de sentença judicial ou acordo homologado judicialmente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

---

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente e Relatora

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez, Fábia Marcília Ferreira Campêlo, Thiago Duca Amoni e Virgílio Cansino Gil.

## Relatório

Trata-se de lançamento decorrente de procedimento de revisão interna da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física DIRPF, referente ao exercício de 2014, ano-calendário 2013, tendo em vista a apuração de dedução indevida de pensão alimentícia judicial.

O contribuinte apresentou impugnação (fls.2/19), alegando que faz jus a deduzir o valor declarado e indicando a juntada de documentação emitida por sua fonte pagadora.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Juiz de Fora (MG) negou provimento à Impugnação (fls. 83/87), em decisão cuja ementa é a seguinte:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Exercício: 2014*

*PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL.*

*Mantém-se a glosa da parcela dedução a título de pensão alimentícia judicial, haja visto se referir a rendimentos com exigibilidade suspensa, os quais não estão sujeitos ao ajuste anual do IRPF por dependerem de decisão judicial.*

Cientificado dessa decisão em 10/8/2017 (fl.111), o contribuinte formalizou, em 11/9/2017 (fl.112), Recurso Voluntário (fls. 89/110), no qual apresenta as seguintes alegações:

- o valor declarado teria sido descontado direto em folha de pagamento, exatamente como consta a DIRF apresentada por sua fonte pagadora.

- o anexo II da IN RFB nº 1.522, de 2014, então vigente, informaria que somente o rendimento e o IR com exigibilidade suspensa devem ser informados no campo 7 do comprovante de rendimentos, inexistindo ressalva quanto à pensão paga sobre esse rendimento.

- os valores declarados estariam em consonância com aqueles pagos e corroborados pelas informações prestadas por sua fonte pagadora, bem como com a legislação de regência.

- não poderia ser prejudicado pela existência de questionamento acerca da tributação de alguns rendimentos.

Ao final, indica documentação comprobatória juntada ao seu recurso, requer o acolhimento do seu recurso e cancelamento do débito fiscal reclamado.

---

Processo distribuído para julgamento em Turma Extraordinária, tendo sido observadas as disposições do artigo 23-B, do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 2015, e suas alterações (fl.35).

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez -  
Relatora

**Admissibilidade**

O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, assim, dele tomo conhecimento.

**Mérito**

O litígio recai sobre a dedução de valores pagos a título de pensão alimentícia judicial.

As deduções legais em Declaração de Ajuste se lastreiam no art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que, no tocante à dedução de pensão alimentícia assim dispõe:

*Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:*

*I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;*

*II - das deduções relativas:*

...

*f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil;*

...

*§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da*

---

*base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II deste artigo.*

Na autuação, a Autoridade Fiscal consigna que procedeu à glosa parcial do valor declarado pelo contribuinte em função das informações prestadas à RFB pela fonte pagadora por meio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (fl.34).

Em sua impugnação, o contribuinte juntou o comprovante de rendimentos de fl.6, registrando o valor por ele declarado (fl.24).

A DRJ/JFA considerou improcedente a impugnação, consignando:

*Logo, na verdade o que ocorreu foi que o contribuinte teve valores de rendimentos recebidos, da referida fonte pagadora, com exigibilidade suspensa, que não se sujeitam ao ajuste anual do IRPF, por estarem sob a submissão de decisão judicial, e da mesma forma, os descontos incididos sobre eles.*

*Registre-se que os valores descontados sob o 13º salário, também, não estão sujeitos ao ajuste anual, pois tais rendimentos são tributados exclusivamente na fonte.*

*A transcrita Dirf é clara no sentido de esclarecer que sob os rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual do IRPF/2014 foram descontados valores a título de pensão alimentícia, durante o ano calendário de 2013, no total de R\$37.041,74, conforme abaixo discriminado, valor este que deverá ser o aqui acatado para fins de dedução àquele título.*

- Sob o código 0561, pensão alimentícia no valor de R\$3.019,87;
- Sob o código 3533, pensão alimentícia no valor de R\$11.107,62;
- Sob o código 3540, pensão alimentícia no valor de R\$22.914,25;

*Portanto, nada há a reparar no feito fiscal.*

*(destaques acrescidos)*

Em seu recurso, o sujeito passivo defende a dedutibilidade do valor da pensão incidente sobre rendimentos com exigibilidade suspensa, citando em sua defesa a IN RFB nº 1.522, de 2014, que trata do preenchimento do comprovante de rendimentos, e argumentando que os valores foram comprovadamente pagos.

Cumpre observar que a autuação não apontou como justificativa para a glosa a indedutibilidade da pensão incidente sobre rendimentos com exigibilidade suspensa, indicando, como já apontado acima, apenas a informação em DIRF da fonte pagadora (fl.34).

Tal argumento foi trazido pela autoridade julgadora de primeira instância, após análise das informações da DIRF (fls. 85/86).

Entendo que, ao assim proceder, a DRJ modificou a motivação do lançamento. A razão apontada pela decisão de piso para manutenção da glosa não foi cogitada na autuação, incorrendo a decisão em nítido prejuízo ao direito de defesa do contribuinte.

Nesse sentido, seguem decisões deste Conselho:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Exercício: 2011*

*INOVAÇÃO NO JULGAMENTO DE PRIMEIRO GRAU.  
PRETERIÇÃO DO DIREITO DE DEFESA.*

*Não é admissível que o julgamento de primeira instância fundamente a manutenção da glosa de dedução de pensão alimentícia por motivos de fato e de direito não mencionados na autuação. (Acórdão nº 2202-004.103, de 9/8/2017)*

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Ano-calendário: 2011*

*DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. INOVAÇÃO NA MOTIVAÇÃO.*

*Não é admissível que o julgamento de primeira instância fundamente a manutenção da glosa de despesas médicas por motivos de fato e de direito não mencionados na autuação, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa. (Acórdão nº 2402-005.705, de 15/3/2017)*

Em face da autuação, o contribuinte juntou o comprovante de rendimentos de fl.6, o qual já fora apresentado por ele no curso da ação fiscal (fl. 45) e que ratifica o valor por ele declarado.

Diante das informações dissonantes entre DIRF e comprovante, caberia a autoridade fiscal diligenciar junto à fonte pagadora para buscar esclarecimentos ou, entendendo não ser dedutível a pensão incidente sobre rendimentos com exigibilidade suspensa, consignar tal motivação na autuação.

Dessa forma, tendo o contribuinte apresentado documentação hábil a atestar o valor declarado, a glosa da pensão deve ser cancelada.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, voto no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez